



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

Macau já regressou à Pátria há quinze anos, e se o número de processos penais instaurados pelo Ministério Público (MP) no 1.º ano judiciário foi de cerca de 7000, este aumentou para 13 697 no último ano judiciário. Entretanto, o número de casos julgados pelo Tribunal Judicial de Base (TJB), Tribunal de Segunda Instância (TSI) e Tribunal de Última Instância (TUI) também bateu um recorde histórico, atingindo 19 000.

Face ao aumento dos processos instaurados, tanto nos tribunais como no MP, o Governo da RAEM manifestou sempre a sua concordância em aperfeiçoar as instalações dos órgãos judiciários, contudo, para além do TSI e do TUI, que dispõem de edifícios próprios, o TJB e o MP continuam a ter a sua sede em edifícios comerciais, o que afecta a sua imagem solene e causa muitos incómodos aos funcionários e residentes.

Todos os anos, no tema de abertura do ano judiciário nunca escapa a referência à insuficiência de instalações dos órgãos judiciários, pois estes já funcionam em edifícios comerciais há muitos anos. Finalmente, a obra do novo edifício do Tribunal Judicial de Base, no lote C2 da Baía da Praia Grande, teve início no passado mês de Abril, mas, segundo os dados disponíveis, este novo edifício servirá apenas para as varas penais, por isso, o Tribunal Administrativo e o Tribunal de Pequenas Causas Cíveis vão continuar a funcionar em edifícios comerciais.

Até quando os órgãos judiciários solenes poderão sair por completo dos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

edifícios comerciais? Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O novo edifício do Tribunal Judicial de Base está a ser construído, e o prazo previsto para este efeito foi definido em vinte e sete meses, mas o andamento da obra está lento. Então, será que a obra vai ficar concluída dentro do prazo previsto?
2. O novo edifício do Tribunal Judicial de Base serve apenas para o juízo penal. Então, até quando os outros juízos e o Ministério Público poderão sair dos edifícios comerciais?
3. O Governo da RAEM referiu que ia ponderar reservar, na zona B dos novos aterros, terrenos para a construção dos edifícios dos órgãos judiciários. Assim, qual é o andamento deste plano? Poderá isso ser divulgado ao público?

21 de Janeiro de 2015

O Deputado à Assembleia legislativa da RAEM,

Kou Hoi In